



Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Departamento de Doenças Transmissíveis
Coordenação-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar

NOTA INFORMATIVA Nº 13/2026-CGZHA/DEDT/SVSA/MS

Orientações para o fortalecimento da vigilância da hantavirose diante das alterações climáticas decorrentes do fenômeno El Niño – 2026–2027.

1. DA DEMANDA

1.1. Em junho de 2026, foi confirmada a configuração do fenômeno El Niño no Oceano Pacífico Equatorial. As projeções climáticas indicam sua manutenção e intensificação ao longo do segundo semestre de 2026, com possibilidade de persistência até o início de 2027 e de atingir intensidade forte a muito forte entre a primavera e o verão (BRASIL, 2026; OPAS, 2026).

1.2. No Brasil, os efeitos do El Niño variam entre as regiões. As previsões apontam maior probabilidade de chuvas acima da média na Região Sul e abaixo da média nas regiões Norte e Nordeste e em parte do Brasil Central, além de temperaturas acima da média e possibilidade de estiagens e incêndios florestais. A intensidade e a distribuição desses eventos dependem da evolução das condições oceânicas e atmosféricas (BRASIL, 2026; OPAS, 2026).

1.3. Considerando que a hantavirose é uma zoonose associada à exposição humana a excretas de roedores silvestres infectados, alterações ambientais que modifiquem a disponibilidade de alimento, abrigo, deslocamento e densidade de roedores podem influenciar, de forma indireta e territorialmente variável, as oportunidades de exposição humana aos hantavírus. Desta forma, esta Nota Informativa tem por objetivo, orientar as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde quanto ao fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica e ambiental, prevenção, diagnóstico oportuno e articulação com a assistência à saúde.

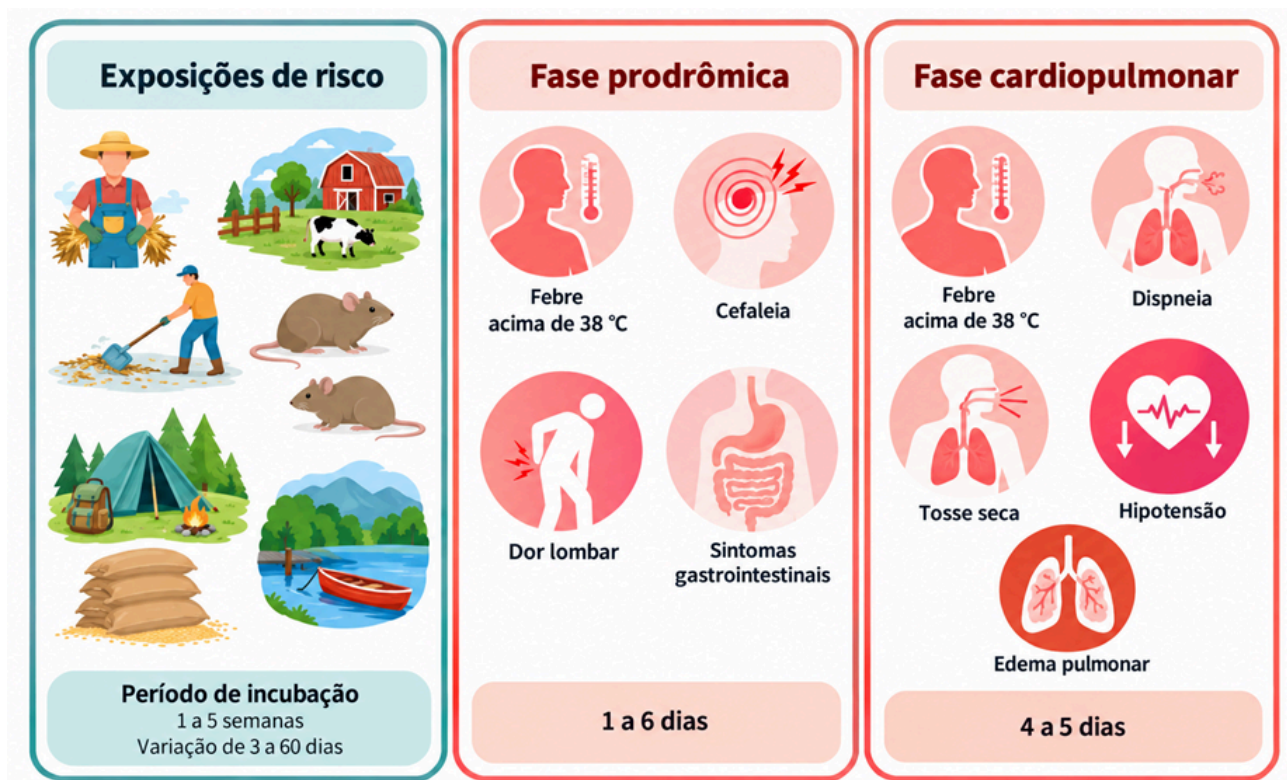
2. ANÁLISE

2.1. A hantavirose é uma zoonose viral aguda que, no Brasil, se manifesta em humanos principalmente como Síndrome Cardiopulmonar por Hantavírus (SCPH). É causada por vírus do gênero Orthohantavirus, cujos reservatórios naturais são alguns roedores silvestres, que podem eliminá-los pela urina, saliva e fezes. Nas Américas, a hantavirose se manifesta sob diferentes formas, desde doença febril aguda inespecífica, até quadros pulmonares e cardiovasculares mais severos e característicos, podendo evoluir para a síndrome da angústia respiratória (SARA).

2.2. Na fase prodrômica, os pacientes de hantavirose iniciam com manifestações mais frequentes de febre, mialgias, dor no dorso lombar, dor abdominal, astenia, cefaleia intensa e sintomas gastrointestinais como náuseas, vômitos e diarreia. Esse quadro inespecífico pode durar cerca de um a seis dias, podendo prolongar-se por até 15 dias, e depois regredir. Quando surge tosse seca, deve-se suspeitar da possibilidade de evolução para uma fase clínica mais severa, a cardiopulmonar (figura 1).

2.3.

Figura 1. Sinais e sintomas mais característicos da hantavirose.



Elaborado por: Lavocat, MN. Ilustração elaborada com auxílio de inteligência artificial.

- 2.4. A transmissão da hantavirose, que ocorre principalmente pela inalação de aerossóis provenientes da urina, das fezes e da saliva de roedores infectados (BRASIL, 2013; BRASIL, 2023), pode ser influenciada por múltiplos fatores ecológicos, climáticos, ambientais e antrópicos. Eventos climáticos associados ao El Niño podem produzir anomalias regionais de chuva, temperatura e vegetação com repercussões sobre ecossistemas, disponibilidade de alimento e abrigo para pequenos mamíferos. Embora a magnitude e a direção desses efeitos dependam do contexto local e não ocorram de forma uniforme entre regiões ou eventos climáticos, tais mudanças podem favorecer a aproximação de roedores reservatórios às áreas habitadas e ampliar as oportunidades de exposição humana aos hantavírus, especialmente em territórios com histórico de transmissão e condições ambientais favoráveis à presença desses animais (GUTERRES; DE LEMOS, 2018; PRIST; D'ANDREA; METZGER, 2017).
- 2.5. Assim, o El Niño deve ser compreendido como um possível modificador de contexto ambiental, mas que, isoladamente, não determina o aumento de casos de hantavirose, uma vez que seus possíveis efeitos dependem das características ambientais, epidemiológicas e das oportunidades de exposição em cada território (Prist, 2017).
- 2.6. Dessa forma, a vigilância deve priorizar a análise integrada de informações epidemiológicas, ambientais e climáticas, especialmente em áreas com histórico de transmissão, presença conhecida ou provável de roedores reservatórios, ocorrência de alterações ambientais recentes como “ratadas” e outros fenômenos, bem como a intensificação de atividades humanas em áreas rurais, silvestres ou periurbanas (Figura 2) (ORTIZ et al., 2025).

Figura 2. Possíveis mecanismos associados às alterações climáticas decorrentes do El Niño e ao aumento do risco de exposição humana aos hantavírus.



Fonte: CGZHA/DEDT/SVSA/MS, 2026. Ilustração elaborada com auxílio de inteligência artificial.

- 2.7. **SITUAÇÕES DE RISCO**
Diversos fatores ambientais e antrópicos podem influenciar o risco de transmissão da hantavirose, ao modificar a abundância e a distribuição dos roedores silvestres e ampliar as oportunidades de contato com os seres humanos. Entre esses fatores, destacam-se as alterações nos padrões de precipitação e temperatura, o desmatamento, a expansão urbana sobre áreas rurais e a intensificação das atividades agrícolas (GUTERRES; DE LEMOS, 2018; PRIST; D'ANDREA; METZGER, 2017). A Figura 3 apresenta situações que requerem atenção especial para a vigilância e a prevenção.

Figura 3. Principais situações ambientais e atividades humanas associadas ao risco de exposição aos hantavírus.



Fonte: CGZHA/DEDT/SVSA/MS, 2026. Ilustração elaborada com auxílio de inteligência artificial.

Ressalta-se que essas situações, isoladamente, não comprovam a ocorrência de transmissão. Elas devem orientar a sensibilização dos serviços de saúde, a investigação do histórico de exposição dos pacientes e a adoção de medidas de prevenção.

2.8. RECOMENDAÇÕES PRIORITÁRIAS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO, SUSPEITA, INVESTIGAÇÃO E MONITORAMENTO DA HANTAVIROSE DIANTE DE EVENTOS CLIMÁTICOS E ALTERAÇÕES AMBIENTAIS

Vigilância epidemiológica e assistência à saúde

Recomenda-se às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde:

- Alertar os profissionais de saúde para a suspeição de hantavirose em pacientes com síndrome febril aguda e histórico de exposição em áreas rurais ou silvestres, especialmente na presença de manifestações respiratórias ou sinais de gravidade. Considerando a definição de caso preconizada (Figura 4);

Figura 4. Definições de caso suspeito de hantavirose.



Fonte: Brasil, 2024. Ilustração elaborada com auxílio de inteligência artificial.

- Considerar a hantavirose no diagnóstico diferencial de pacientes com síndrome febril aguda ou síndrome respiratória aguda grave e exposição epidemiológica compatível, especialmente frente à leptospirose, dengue e outras arboviroses, influenza, covid-19, pneumonias, septicemias e rickettsioses.
- Manter a suspeição clínica e epidemiológica inclusive em municípios sem registro recente de casos, pois o silêncio epidemiológico não exclui a possibilidade de circulação de hantavírus em roedores silvestres.
- Garantir a notificação compulsória imediata dos casos suspeitos de hantavirose, em até 24 horas, a investigação e o diagnóstico laboratorial oportunos dos casos suspeitos, conforme as orientações vigentes do Guia de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (Brasil, 2024) e demais normativas nacionais aplicáveis

Investigar as atividades realizadas pelo paciente e as possíveis exposições a roedores ou ambientes contaminados, para identificar o local provável de infecção (LPI) e direcionar as medidas de prevenção e controle.

- Identificar precocemente sinais de gravidade e assegurar encaminhamento e manejo clínico adequados.
- Monitorar casos, óbitos e aglomerados, especialmente em áreas anteriormente silenciosas.

Vigilância ambiental

- Acompanhar alterações ambientais que possam favorecer a aproximação de roedores silvestres de áreas habitadas ou de ambientes de trabalho;
- Monitorar relatos de aumento populacional, mortalidade ou deslocamento de roedores silvestres, por meio do Sistema de Monitoramento de Fauna Silvestre (SISS-Geo).
- Avaliar alterações ambientais que favoreçam a presença de roedores em áreas habitadas.
- Intensificar a atenção aos territórios com histórico de transmissão ou alterações ambientais relevantes após chuvas intensas, estiagens, queimadas e incêndios florestais, conforme avaliação de risco.
- Realizar investigações ecoepidemiológicas quando indicadas, por equipes capacitadas e com observância dos protocolos de biossegurança, articulação interinstitucional, incluindo vigilâncias municipal, estadual e federal, quando a situação epidemiológica ou ambiental exigir apoio técnico complementa

Prevenção e comunicação de risco

Recomenda-se intensificar orientações à população e aos trabalhadores expostos, com linguagem clara, objetiva e adequada ao contexto local, contemplando:

- Intensificar as orientações sobre armazenamento adequado de alimentos, manejo ambiental e prevenção do acesso de roedores às edificações.
- Orientar a população a não varrer ou aspirar ambientes com vestígios de roedores, e sempre que possível a utilizarem equipamento de proteção individual compatíveis com o risco da atividade, priorizando ventilação e desinfecção prévia à limpeza.
- Informar sobre os sinais e sintomas da hantavirose e a importância de procurar atendimento de saúde após possível exposição

2.9. MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO

Recomenda-se o acompanhamento integrado dos boletins climáticos, dos casos suspeitos e confirmados de hantavirose e dos registros de alterações ambientais e populacionais de roedores.

É essencial integrar, discutir e analisar as informações da vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, órgãos ambientais, agricultura, meteorologia e gestão municipal, quando disponíveis.

A ocorrência de aumento inesperado de casos, óbitos, aglomerados ou outras situações epidemiológicas incomuns deve ser comunicada imediatamente às instâncias estadual e federal de vigilância em saúde.

O Ministério da Saúde reforça a articulação entre vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, laboratório e assistência à saúde para a detecção precoce e a resposta oportuna.

3. CONCLUSÃO

3.1. As alterações climáticas associadas ao El Niño podem modificar, de forma indireta e variável entre os territórios, a dinâmica das populações de roedores silvestres e ampliar as oportunidades de exposição humana aos hantavírus, especialmente em territórios com histórico de transmissão ou condições ambientais favoráveis à presença de reservatórios.

3.2. Diante desse cenário, o Ministério da Saúde recomenda às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde o fortalecimento das ações integradas de vigilância epidemiológica e ambiental, assistência à saúde e comunicação de risco, visando à detecção precoce, à investigação oportuna e à prevenção da hantavirose.

3.3. Para informações adicionais, recomenda-se a página da Hantavirose do Ministério da Saúde ou entrar em contato com o Grupo Técnico responsável pela vigilância da doença por meio do e-mail gtrroedores@saude.gov.br.

REFERÊNCIAS

1. ANYAMBA, A. et al. Global Disease Outbreaks Associated with the 2015–2016 El Niño Event. Scientific Reports, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 1930, 13 fev. 2019.
2. BRASIL. Governo Federal. Painei El Niño 2026 - 2027. [S. l.]: Governo Federal, jul. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/painei-el-nino-2026-2027-segundo-boletim-sobre-o-monitoramento-do-fenomeno-no-brasil-e-publicado/>. Acesso em: 27 ago. 2026.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de vigilância em saúde: volume 3. 6ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_6ed_v3.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de vigilância, prevenção e controle das hantavíroses. 1ª ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hantavirose/publicacoes/anexo5.pdf/@download/file>.
5. DE LEMOS, E. R. S. et al. Case Report: Hantavirus Cardiopulmonary Syndrome Diagnostic in the Face of the COVID-19 Pandemic. The American Journal of Tropical Medicine and Hygiene, [s. l.], 19 jan. 2022. Disponível em: <https://www.ajtmh.org/view/journals/tpmd/aop/article-10.4269-ajtmh.21-0637/article-10.4269-ajtmh.21-0637.xml>. Acesso em: 18 jul. 2024.
6. GUTERRES, A.; DE LEMOS, E. R. S. Hantaviruses and a neglected environmental determinant. One Health, [s. l.], v. 5, p. 27–33, jun. 2018.

7.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Análise de Situação de Saúde Pública: El Niño nas Américas, 2026 - 2027. [S. l.: s. n.], 24 jun. 2026. Disponível em: <https://www.paho.org/sites/default/files/2026/07/phsaelninoregional2026por0.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2026.

8.

ORTIZ, N. et al. Orthohantavirus rodent hosts and genotypes in Southern South America: A narrative review. PLOS Neglected Tropical Diseases, [s. l.], , p. 18, set. 2025.

9.

PRIST, P. R.; D'ANDREA, P. S.; METZGER, J. P. Landscape, Climate and Hantavirus Cardiopulmonary Syndrome Outbreaks. EcoHealth, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 614–629, set. 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Edilson Ferreira de Lima Junior, Diretor(a) do Departamento de Doenças Transmissíveis**, em 05/10/2026, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Carneiro Reckziegel, Coordenador(a)-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar**, em 06/10/2026, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0058473652** e o código CRC **0DEC4589**.

Brasília, 01 de outubro de 2026.

Referência: Processo nº 25000.150407/2026-55

SEI nº 0058473652

Coordenação-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar - CGZHA
SRTVN Quadra 701, Via W5 Norte Edifício PO700, 6º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70719-040
Site - saude.gov.br